

A eficácia da política de garantia de preços mínimos no Brasil

Douglas Parahyba de Abreu¹, Marcelo Dias Paes Ferreira², Alcido Elenor Wander³

Um fator intrínseco à produção agropecuária é a sazonalidade de preços dos produtos agrícolas causada pelo excesso de oferta no período de safra e escassez no período de entressafra, acentuada por uma demanda relativamente constante ao longo do ano. As bruscas oscilações dos preços agrícolas, em tese, justificam a intervenção do Governo Federal nos mercados agrícolas via Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como fonte de garantia de renda mínima ao produtor rural e para questões de segurança alimentar. Diante da histórica atuação da PGPM no Brasil e pelos elevados valores que o Governo Federal vem destinando aos seus instrumentos, se faz necessário um estudo que vise medir a eficácia dos instrumentos da PGPM, sendo este, portanto, o objetivo deste trabalho. Os objetivos específicos são identificar o que a literatura entende por “eficácia”, quando este termo se refere à PGPM, bem como encontrar uma metodologia apropriada que meça essa eficácia. O período escolhido para análise foi de 2000 a 2016, levando em consideração a disponibilidade dos dados. Os dados foram disponibilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e informam quando, onde e quais instrumentos de PGPM foram utilizados. Por entender que geram intervenção direta no mercado de preços agrícolas apenas os seguintes instrumentos, foram selecionados: O Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural (PEPRO); O Prêmio para o Escoamento de Produto (PEP); e a Aquisição do Governo Federal (AGF). Sendo a eficácia da PGPM entendida, a partir da literatura levantada, como uma capacidade da intervenção em elevar os preços de mercado. A metodologia escolhida, considerada mais apropriada para este tipo de teste, foi um modelo de intervenção, ou seja, inclusão de variável binária nos modelos de séries temporais da classe Autorregressivos Integrados de Média Móvel (ARIMA ou, com componente sazonal, SARIMA). Os resultados parciais, a partir de revisão bibliográfica, apontam problemas históricos na condução da PGPM, desde o cálculo dos preços mínimos, da disposição geográfica com que os instrumentos são executados e a quantidade de recursos destinados às intervenções. Desta forma, espera-se encontrar intervenções estatisticamente não significantes, ou seja, demonstrando que os instrumentos da PGPM analisados não conseguiram (pelo menos em sua maioria) elevar os preços de mercado dos produtos agrícolas quando acionados. As implicações desses resultados levam a duas considerações, uma com relação aos próprios instrumentos e outra relacionada à metodologia utilizada. Caso os instrumentos não sejam eficazes, mesmo quando realizam aportes considerados “suficientes” para elevar os preços, considerar-se-á que o Governo deveria desativar tais instrumentos no sentido de buscar uma alocação mais eficiente para esses recursos que, de forma equivalente, poderiam garantir renda ao produtor, como, por exemplo, com o seguro rural. A segunda implicação é que o modelo de intervenção utilizado não é capaz de captar as expectativas dos agentes que transacionam nos mercados agrícolas, por exemplo, ao definir um preço mínimo, será que o Governo é capaz de “convencer” o mercado a praticar preços acima daquele valor? E em que grau essa relação ocorre? Será que a ausência de preços mínimos faria com que o mercado praticasse recorrentes preços abaixo dos preços mínimos? Essas questões revelam a limitação do presente trabalho e abrem janelas para verificações futuras.

¹ Bacharel em Ciências Econômicas, mestrando em Agronegócio, Universidade Federal de Goiás, bolsista FAPEG, Goiânia, GO, abreu.douglas@gmail.com

² Bacharel em Gestão do Agronegócio, doutor em Economia Aplicada, professor da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, marcelo.ferreira@ufg.br

³ Engenheiro-agrônomo, doutor em Ciências Agrárias, pesquisador da Embrapa Arroz e Feijão, Santo Antônio de Goiás, GO, alcido.wander@embrapa.br